GOVERNO REGIONAL DOS AÇORES

Resolução Nº 211/1997 de 16 de Outubro

Considerando que a orgânica do VII Governo Regional atribui a tutela do Serviço Regional de Protecção de Civil à Secretaria Regional da Habitação e Equipamentos;

Considerando que o Serviço Regional de Protecção Civil é uma entidade dotada de autonomia administrativa e financeira;

Considerando que aquele serviço, em conjugação com a Inspeção Regional de Bombeiros, exerce na Região a tutela das cooperações de bombeiros, entidades às quais estão atribuídas as ambulâncias;

Considerando que têm sido inscritas no Plano da Região as verbas necessárias para aquisição de novas ambulâncias;

Torna-se necessário alterar a forma como na Região Autónoma dos Açores é regulado o serviço de ambulância, clarificando as competências das diversas entidades intervenientes e autonomizando a actuação nesta matéria do Serviço Regional de Protecção Civil e da Inspeção Regional de Bombeiros. Assim, ao abrigo da alínea o) do artigo 56.º do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, o Governo Regional resolve:

1 -Nos termos do ponto 16.1 do anexo à Resolução n.º 166/91, de 20 de Agosto, é revogado o acordo celebrado entre as ex-Secretarias Regionais da Administração Interna e da Saúde e Segurança Social, publicado em anexo àquela resolução.

2 -O serviço de ambulância a efectuar pelas associações humanitárias de bombeiros voluntários passa a ser regulado pelo regulamento constante do Anexo I à presente resolução, da qual faz parte integrante.

3 -A adesão das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários ao modelo ora estabelecido será feita através do protocolo, nos termos da minuta constante no Anexo III à presente resolução, a celebrar entre cada associação e o Serviço Regional de Protecção Civil.

3.1 -Até que tenham celebrado protocolo de adesão ao abrigo da presente resolução, a prestação do serviço de ambulância por parte das Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários continua a reger-se pelo estabelecido no acordo anexo à Resolução n.º166/ /91, de 20 de Agosto, sendo as competências ali atribuídas aos diversos órgãos da administração regional integralmente assumidos pelo Serviço Regional de Protecção Civil e pela Inspeção Regional de Bombeiros.

4-A presente resolução entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação, sendo contudo as responsabilidades financeiras dela decorrentes asseguradas pelos serviços que o vinham fazendo até entrada em vigor do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 1998.

5- É revogada a Resolução n.º 166/91, de 20 de Agosto, e seus anexos, e a Resolução n.º 152/94, de 9 de Dezembro.

Aprovada em Conselho do Governo Regional, Horta, 9 de Setembro de 1997. - O Presidente do Governo, Carlos Manuel Martins do Vale César.

Anexo I

Regulamento da prestação do serviço de ambulância pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

I - Âmbito

1 -O presente regulamento aplica-se à prestação pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários (AHBV) do serviço de ambulância em toda a Região Autónoma dos Açores.

II- Regime de prestação do serviço

2 - As AHBVs asseguram o serviço de transporte de doentes em ambulância em regime de atendimento permanente.

3 - O transporte em ambulância será prestado por cada AHBV dentro da sua área geográfica de actuação, nas seguintes situações:

- a) Urgência que impeça ou desaconselhe o transporte nouro tipo de viatura;
- b) A requisição dos médicos de serviço nas unidades de saúde, quando o estado de saúde do utente justifique o recurso a este tipo de transporte;
- c) Na transferência de utentes entre unidades de saúde, quando o seu estado clínico assim o justifique;
- d) No transporte entre a residência do utente e a unidade de saúde responsável por quaisquer tratamentos que, pela sua especificidade ou pela situação do doente, assim o exijam, e vice-versa.

4 - O transporte previsto nas alíneas e d) do número anterior apenas se fará por requisição do director da unidade de saúde onde o utente receba tratamento.

5 - Sempre que a situação clínica do utente aconselhe o seu tratamento em unidade de saúde fora da área geográfica de actuação da AHBV, deve esta efectuar o transporte sem atender aos limites geográficos normalmente impostos.

III- Manutenção e inspecção das ambulâncias

6 - A manutenção das ambulâncias entregues às AHBV é da responsabilidade daquelas corporações.

7 - Anualmente será efectuada pela IRBA uma inspecção às ambulâncias atribuídas a cada corporação, certificando para utilização apenas aquelas que satisfaçam os requisitos de segurança e conforto exigíveis, nos termos da lei, as viaturas automóveis e tenham em bom estado de funcionamento os equipamentos que, por regulamento a aprovar por despacho do Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais, forem considerados imprescindíveis ao serviço de ambulância.

IV - Pessoal afecto ao serviço

8 - Compete às AHBV, obtida a concordância da IRBA, a admissão do pessoal necessário ao funcionamento do serviço de ambulância na respectiva área de actuação.

9 - A partir de 31 de Dezembro de 1998, apenas podem prestar serviço nas ambulâncias pessoas certificadas pela IRBA como habilitadas com curso específico para esse fim.

9.1 - As características curriculares dos cursos e a forma de avaliação e certificação serão estabelecidas, até 90 dias após a publicação da presente Resolução, por despacho normativo conjunto dos Secretários Regionais da Educação e Assuntos Sociais e da Habitação e Equipamentos.

V - Financiamento dos serviços de ambulâncias

10 - O financiamento da aquisição e manutenção das viaturas destinadas ao serviço de ambulância e respectivo equipamento será feito por dotação própria a inscrever no Plano Anual da Região Autónoma dos Açores.

11 - Os encargos com a formação do pessoal serão suportados por dotação específica a inscrever no orçamento do Serviço Regional de Protecção Civil.

12 - Para fazer face aos encargos de conservação e reparação das viaturas e equipamentos será anualmente fixado, por despacho do Secretário Regional da tutela do Serviço Regional de Protecção Civil, a comparticipação a atribuir por quilómetro percorrido em serviço.

12.1 -Para determinação do valor global da comparticipação, as AHBV remeterão mensalmente ao SRPC os verbetes de transporte, cujo modelo consta do Anexo II, devidamente validados pelas unidades de saúde.

13 - Através de dotação própria a inscrever no seu orçamento, o SRPC assumirá os custos com os seguros, na modalidade de cobertura de todos os riscos, das viaturas certificadas para serviço de ambulância.

14 - O custo com os combustíveis será suportado pelo Fundo Regional de Abastecimento, nos moldes fixados em diploma próprio

VI- Material clínico consumível

15 - Por requisição do comandante da corporação responsável, a unidade de saúde da área geográfica de actuação da AHBV fornecerá o material clínico consumível necessário ao uso a bordo das ambulâncias.

15.1 -Semestralmente as unidades de saúde que forneçam materiais à AHBV ao abrigo do presente regulamento facturarão o respectivo custo ao SRPC.

VII - Adesão e rescisão do protocolo

16 - A adesão ao presente regime faz-se através da assinatura de protocolo.

17 - As AHBV que celebrem protocolo de adesão apenas poderão renunciar à prestação do serviço acordado mediante aviso, comunicado ao SRPC com pelo menos 90 dias de antecedência, obrigando-se a manter o serviço durante esse período.

18 - A renúncia ao protocolo implica a devolução ao SRPC de todas as viaturas destinadas ao serviço de ambulância que tenham sido atribuídas à corporação pela Administração Regional.

19 - As dúvidas resultantes da aplicação do presente regulamento serão resolvidas por despacho do Secretário Regional da tutela do Serviço Regional de Protecção Civil.

Quadro: Consultar documento em PDF relativo ao Jornal Oficial I Série N° 42 de 16-10-1997.

Este verbete deve ser preenchido em triplicado

Original: AHBV's

Duplicado: A entregar na unidade de saúde para onde a vítima foi transportada

Triplicado: Para efeitos de cálculo nos termos do ponto 13 da Resolução n.º /97 de

Quadro: Consultar documento em PDF relativo ao Jornal Oficial I Série N.º 42 de 16-10-1997.

Anexo III

Minuta do Protocolo que regula a prestação

de serviço de ambulância pelas Associações Humanitárias de Bombeiros Voluntários

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de _____ sediada em _____ declara aceitar as condições constantes do Regulamento anexo à Resolução n.º /97, publicada no Jornal Oficial n.º, de....., para a prestação de serviços de transporte em ambulância.

O compromisso de adesão vincula a Associação, independentemente das mudanças que se vierem a verificar, futuramente, nos corpos directivos.

..... de

Pela Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de

A Direcção

(Assinaturas reconhecidas notarialmente)